



Relatório de Gestão e Contas

**Fundação Joaquim Honório
Raposo**

Exercício de 2025



Relatório de Gestão





Relatório de Gestão

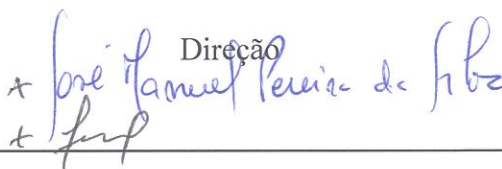
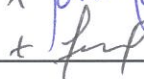
Nos termos da Lei Associativa, vimos submeter o Relatório e Contas relativo ao Exercício do ano de 2025 da Fundação Joaquim Honório Raposo, esperando obter a sua aprovação.

Este documento tem como principal objetivo, expressar através das diversas ferramentas usadas pela contabilidade a situação económico-financeira da Fundação.

A análise que em seguida propomos examinar divide-se nos seguintes pontos:

- I. Análise do Documento Contabilístico Balanço;
- II. Análise do Documento Contabilístico Demonstração de Resultados;
- III. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Contabilista Certificado

+  Direção
+ 





Balanço





I. *Análise do Documento Contabilístico Balanço.*

Balanço:

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/25	31/dez/24
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	846 481,70	773 919,87
Outros ativos financeiros	11	10 790,20	10 790,20
		857 271,90	784 710,07
Ativo Corrente			
Clientes	15	28 487,84	28 570,04
Estados e outros entes públicos	29	11 221,44	36 903,63
Outras contas a receber	15	55 484,54	31 921,75
Caixa e depósitos bancários	11	114 670,09	98 379,23
		209 863,91	195 774,65
Total do ativo		1 067 135,81	980 484,72
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/25	31/dez/24
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	15	38 702,54	38 702,54
Resultados transitados	15	319 702,11	267 213,71
Ajustamentos em activos financeiros	15	0,00	0,00
Outras variações no capital próprio	15	184 320,05	167 294,84
Resultado líquido do período		105 901,85	68 226,86
Total do capital próprio		648 626,55	541 437,95
Passivo			
Passivo não corrente			
Estado e outros entes públicos		159 454,10	204 282,47
Financiamentos obtidos MLP		84 415,47	87 232,10
		243 869,57	291 514,57
Passivo corrente			
Fornecedores	15	83 328,28	52 675,54
Estado e outros entes públicos	15	19 128,69	20 186,92
Outras contas a pagar	15	72 182,72	74 669,74
		174 639,69	147 532,20
Total do passivo		418 509,26	439 046,77
Total do capital próprio e do passivo		1 067 135,81	980 484,72
		0,00	0,00

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



O estudo de balanços de anos consecutivos concede-nos a possibilidade de avaliar a dinâmica da situação financeira da Fundação em diferentes períodos, bem como, ainda a sua evolução.

O Balanço é um documento que reflete a situação económica e financeira num dado momento de tempo. É desta forma um documento estático e somente pela comparação da sua evolução se poderá obter uma ideia dinâmica.

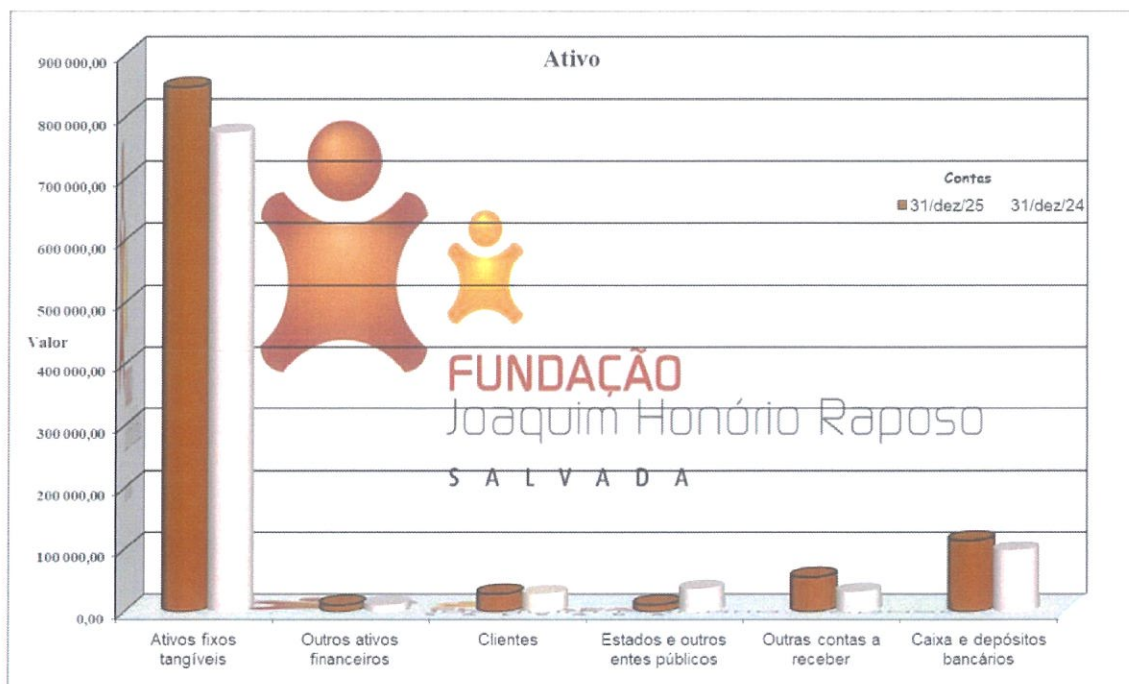
Cada Balanço, em termos formais, é constituído por duas partes: Ativo (consiste nas aplicações de fundos) e Passivo (fundos alheios) e capital próprio (fundos próprios), consistindo ambos em origem de fundos.

O Ativo representa os bens essenciais para o funcionamento da Fundação: terrenos, edifícios, equipamentos, despesas de instalação, propriedade industrial, matérias-primas, mercadorias, dívidas de clientes e disponibilidades. No Passivo encontramos as dívidas a fornecedores, os empréstimos bancários, os suprimentos e as dívidas ao Estado. O capital próprio representa os valores do capital social, isto é, a acumulação dos resultados gerados ao longo dos anos e que não foram distribuídos.

Deste modo, dissecando o documento supra apresentado, constatamos os resultados de 1.067.135,81 € no ano de 2025 e 980.484,72 € no ano de 2024, ocorrendo um aumento de 86.651,09 € no decorrer do exercício de 2025.

Seguidamente procede-se a uma análise mais detalhada para destacar onde ocorreram as alterações:

Gráfico do Ativo:



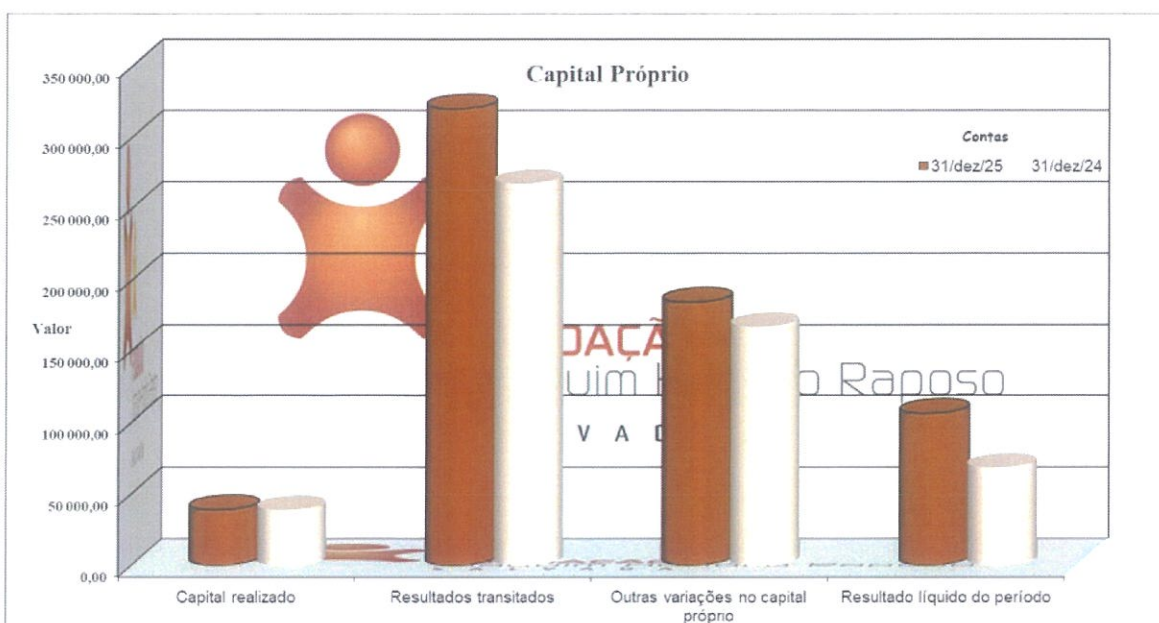
O Ativo expresso no gráfico supra, divide-se em parte do Ativo Não Corrente formada pelos valores que se encontram imobilizados, ou seja, que não entram no ciclo de exploração servindo apenas para apoiar a atividade da Fundação.

As restantes rubricas sem contar com o Imobilizado, consiste no Ativo Corrente, caracterizado por Ativos que não têm carácter duradouro ou permanente numa Fundação. São Ativos de prazo mais curto e de maior liquidez, tais como os depósitos à ordem, os débitos sobre terceiros e as existências.

Em discordância com a tendência do Balanço, o Ativo Não Corrente da Fundação apresentou um acréscimo de 72.561,83 € de 784.710,07 € em 2024 para 857.271,90 € no ano de 2025. Para esta evolução contribuiu, sobretudo, a aquisição de viaturas, registadas na rubrica de Equipamento de Transporte (85.784,37 €), bem como a continuação das obras em Edifícios e Outras Construções (29.925,90 €).

Verificando o património circulante da Fundação, este apresenta também um aumento no seu total no valor de 14.089,26 €. Este incremento tem como principais responsáveis o aumento registado na rubrica de Caixa e depósitos bancários (+16.290,86 €) e em Outras contas a receber (+23.562,79 €), parcialmente compensados pela redução verificada na rubrica de Estado e outros entes públicos.

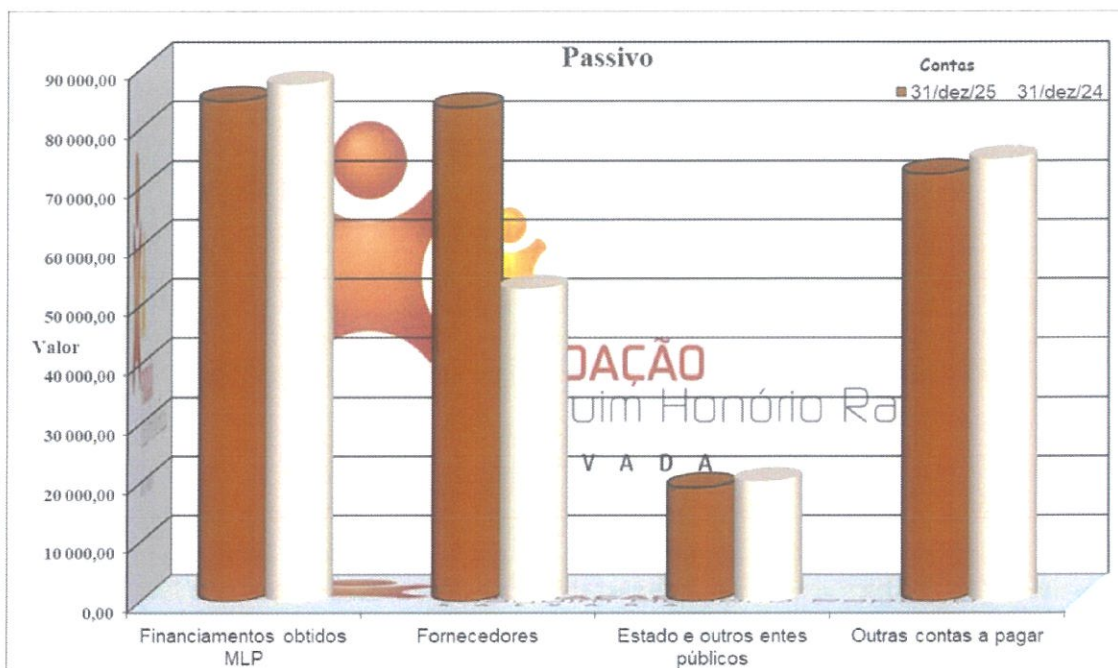
Gráfico do Capital Próprio:



O Capital Próprio consiste no conjunto de recursos financeiros que a Fundação tem à sua disponibilidade para utilizar livremente a fim de financiar as suas atividades.

No que concerne ao Capital Próprio constatamos a consolidação dos totais positivos verificados no ano anterior, reflexo do valor positivo dos resultados dos exercícios dos últimos exercícios, uma vez que, as diferenças constatadas entre os dois anos em análise se cifram nos 107.188,60 €, passando assim, o total do Capital Próprio de 541.437,95 € no ano de 2024, para 648.626,55 € no ano de 2025.

Gráfico do Passivo:



O conjunto formado pelas obrigações que uma entidade tem para com terceiros tem a designação de Passivo. O Passivo é tradicionalmente dividido em Exigível de Curto Prazo, no qual constam obrigações que uma entidade tem de solver até um ano a contar da data do Balanço e Exigível de Médio e Longo Prazo, de que fazem parte obrigações que uma entidade tem de solver a mais de um ano a contar da data do balanço.

O Passivo da Fundação sofreu um decréscimo no presente exercício, no valor de 20.537,51 €, ou seja, uma passagem dos 439.046,77 € do ano de 2024, para os 418.509,26 € no ano de 2025.

A rubrica de Fornecedores apresenta um aumento de 30.652,74 €, ao passo que a rubrica de Estado e outros entes públicos (Segurança Social) regista uma diminuição significativa de 45.886,60 €, decorrente da regularização do plano de pagamento das contribuições. A rubrica de Outras Contas a Pagar apresenta uma ligeira redução de 2.487,02 €.

De realçar que a rubrica de Outras Contas a Pagar, apresenta um reforço significativo através de um reconhecimento contabilístico que até à data não está a ser efetuado, que consiste na especialização dos subsídios de férias e férias do pessoal.



Demonstração de Resultados



II. Análise do Documento Contabilístico Demonstração de Resultados.

Demonstração de Resultados:

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		31/dez/25	31/dez/24
Vendas e serviços prestados	8	748 985,90	583 147,62
Subsídios à exploração	10	46 106,77	78 779,18
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	-91 058,67	-75 755,27
Fornecimentos e serviços externos		-86 806,36	-78 127,46
Gastos com pessoal	12	-536 435,12	-509 426,89
Outros rendimentos e ganhos		87 497,94	115 914,36
Outros gastos e perdas		-5 737,96	-3 671,94
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		162 552,50	110 859,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-48 044,46	-24 892,87
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		114 508,04	85 966,73
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6	-8 606,19	-17 739,87
Resultado antes de impostos		105 901,85	68 226,86
Imposto sobre rendimento do período			
Resultado líquido do período		105 901,85	68 226,86
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no			

Enquanto a análise do Balanço permite avaliar a situação patrimonial da Fundação, num determinado momento do tempo e como resultado das operações realizadas, a Demonstração de Resultados regista e apresenta a informação financeira referente exatamente a esse conjunto de operações.

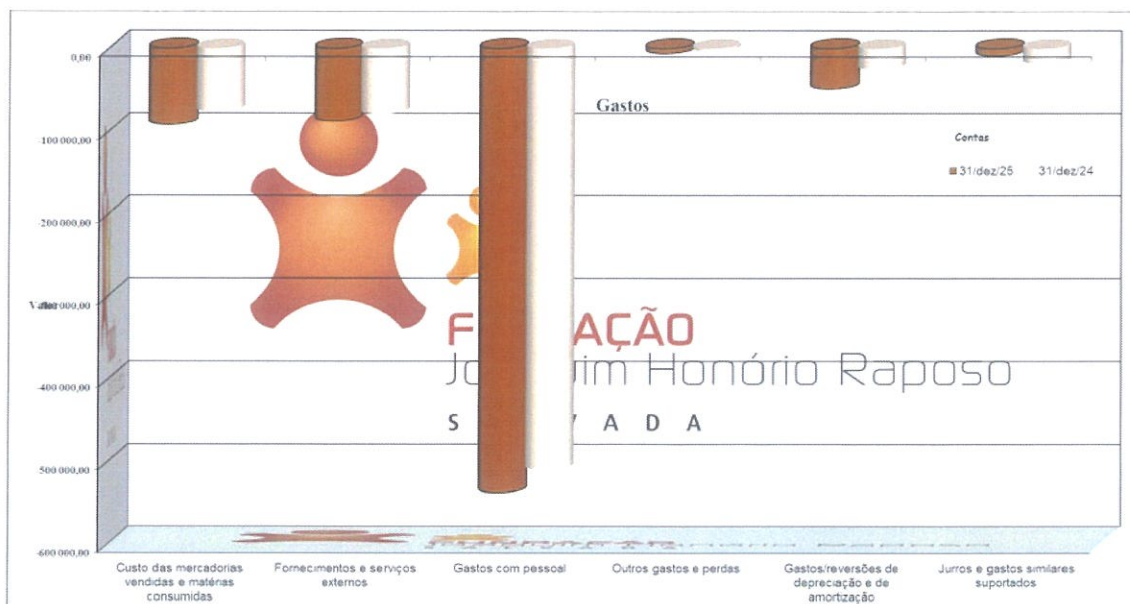
Dado que ao Balanço está associada uma análise estática da realidade da Fundação, a Demonstração de Resultados pretende oferecer uma visão mais dinâmica, evidenciando de que modo as operações financeiras decorrentes da atividade regular se transformam em efetivos ganhos.

A lógica de apresentação da Demonstração de Resultados resulta da relação entre dois conceitos: Gastos e Rendimentos. É através da comparação entre os dois que se pode concluir algo acerca da capacidade de criação de lucro por parte da Fundação, lucro esse medido pela diferença entre os Rendimentos auferidos e os Gastos suportados ao longo de um determinado período.

O ponto mais relevante a notar em relação a estes dois conceitos são a diferença que existe entre as noções de Gastos, por um lado, e entre Rendimentos, por outro. Enquanto as noções de Ganhos e Perdas estão diretamente ligadas ao momento em que a Fundação procede aos recebimentos e pagamentos decorrentes da sua atividade corrente, o conceito de Gastos e Rendimentos deixa para segundo plano esse momento dando antes relevância ao momento do tempo em que a Fundação assume o compromisso de determinado encargo, no caso dos Gastos, ou adquire o direito a um bem ou ativo, no caso dos Rendimentos.

Desta forma, iremos analisar separadamente os dois campos da demonstração para verificarmos as evoluções ocorridas de 2024 para 2025, tendo como base o quadro anterior e os seguintes gráficos.

Gráfico dos Gastos:

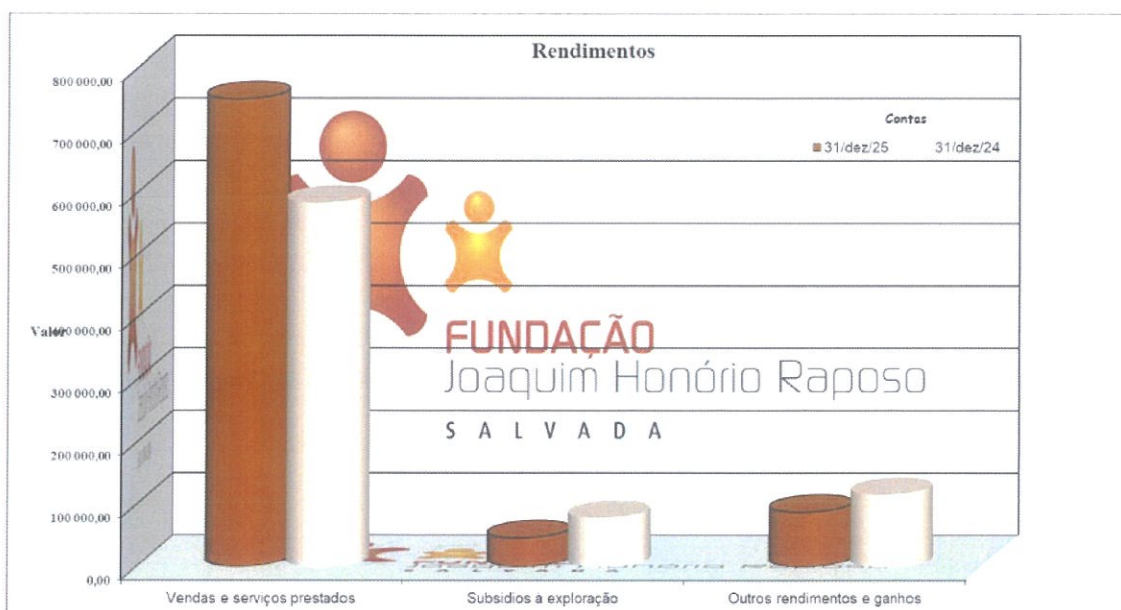


No que diz respeito aos Gastos e Perdas, constatamos um aumento no seu total de 67.074,46 €, ou seja, um incremento de 709.614,30 € no ano de 2024 para 776.688,76 € no ano de 2025, contribuindo decisivamente os aumentos nas rubricas de Gastos com Pessoal (+27.008,23 €) e de Gastos de depreciação e de amortização (+23.151,59 €), este último reflexo do investimento realizado em equipamento de transporte e edifícios.

Também o Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas registou um aumento de 15.303,40 €.

Podemos verificar que as restantes rubricas à exceção dos Outros Gastos e Predas apresentam também aumentos, mas menos significativos e com menor impacto na diminuição verificada nos resultados.

Gráfico dos Rendimentos:



No que concerne aos Rendimentos, constatamos igualmente um aumento, neste caso de 104.749,45 €, passando dos 777.841,16 € registados em 2024 para os 882.590,61 € em 2025. O incremento verificado deve-se principalmente ao forte crescimento das Vendas e Prestações de Serviços (+165.838,28 €), com especial destaque para a valência de ERPI, parcialmente compensado pela redução dos Subsídios à exploração (-32.672,41 €), decorrente da reclassificação dos acordos de cooperação para a rubrica de prestação de serviços, e dos Outros Rendimentos e Ganhos.

De realçar que, à semelhança de 2024, o ano de 2025 não apresenta rendimentos ligados ao rendimento extraordinário do fundo de compensação que foi decisivo para a apresentação de resultados positivos em 2022 e 2023.

Relativamente aos resultados obtidos, verificamos a continuidade da tendência positiva que a instituição apresentou no exercício anterior.



Quanto ao Resultado Líquido do Exercício, verifica-se um crescimento significativo face ao valor apurado no ano de 2024, passando de 68.226,86 € para 105.901,85 € no presente exercício, o que representa um aumento de 37.674,99 €.

Este resultado expressa uma viragem na sustentabilidade da instituição, com o aumento da sua capacidade de gerar mais receitas com o aumento das valências em termos de rendimentos.





Balancetes



Anexo às DF No SNC-ESNL

IDENTIFICAÇÃO

A Fundação Joaquim Honório Raposo, é uma Fundação, constituída em 28 de novembro de 1962, com o NIPC 501065997.

A entidade encontra-se sediada na Freguesia da Salvada, Rua da Estrada Nova, 7800-681 Beja.

A Fundação Joaquim Honório Raposo é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, e de acordo com os seus Estatutos, "tem por objetivos principais-prosseguir fins de Segurança Social, constituída para dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade entre as pessoas, com relevo através do apoio às famílias, idosos e comunidade.

1. ESTRUTURA E CONTEÚDO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº158/2023, de 13 de julho.

Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade da Fundação, relativamente à sua atividade.

As Demonstrações Financeiras apresentadas são as primeiras demonstrações financeiras anuais de acordo com as NCRF.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em Euros (€).

As principais políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação, são as apresentadas abaixo.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 — As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.



2.2 — *Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor. No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 — *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.*

As demonstrações financeiras do exercício de 2025 são comparáveis às do exercício de 2024.

Decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, as anteriores normas contabilísticas foram objeto de alterações, implicando a revisão dos modelos de demonstrações financeiras em vigor até 31 de dezembro de 2015, através da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 — Principais políticas contabilísticas:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.



Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações. (encontram-se totalmente amortizados)

Investimentos Financeiros

Não existem investimentos financeiros.

Inventários

Mercadorias e Matérias-Primas - As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. A Instituição tem por opção efetuar as compras conforme a ementa semanal, não tendo por essa razão grandes quantidades em inventário.

Subsídios do Governo

Os subsídios do governo através da Segurança Social, são provenientes do protocolo existente para as Valências de Lar Internamento e Apoio Domiciliário.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber dos Utentes

Instrumentos Financeiros***Caixa e depósitos bancários***

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio por turno, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

3.2 — Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fidedigna e mais relevante.

No seguimento da mais recente adaptação da FAQ39 da Comissão Normalização Contabilística (CNC), que determina o enquadramento contabilístico das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado e as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), cumpre esclarecer:

1. Sempre que a comparticipação mensal paga às IPSS, no âmbito dos acordos de cooperação, for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (respostas sociais com pagamento apurado de acordo com a variação de utentes), o valor recebido deverá ser registado contabilisticamente na conta 72 – Prestação de Serviços.
2. Sempre que a comparticipação mensal paga às IPSS, no âmbito dos acordos de cooperação, seja atribuída com vista a suportar os custos de funcionamento da entidade independentemente do número de utentes (valor fixo da comparticipação), o valor recebido deverá ser registado contabilisticamente na conta 75 – Subsídios à Exploração.

3.3 — Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram alteradas.

3.4 — Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores,



de acordo com o parágrafo 6 da NCRF-ESNL.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 — Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Métodos de depreciação usados:

As depreciações são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

Os terrenos não são depreciados.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:




Ativo Bruto

	Saldo Inicial 31/12/2024	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2025
Terrenos e Recursos Naturais	21 958,55	0,00			21 958,55
Edifícios e Outras Construções	1 115 561,23	29 925,90			1 145 487,13
Equipamento Básico	310 995,74	0,00			310 995,74
Equipamento de Transporte	107 562,01	85 784,37		0,00	193 346,38
Equipamento Administrativo	82 586,28	0,00			82 586,28
Outros ativos fixos tangíveis	9 273,42	4 896,02			14 169,44
Investimentos em Curso	0,00	0,00		0,00	0,00
	1 647 937,23	120 606,29	0,00	0,00	1 768 543,52

Depreciações Acumuladas

	Saldo Inicial 31/12/2024	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2025
Terrenos e Recursos Naturais	16 468,45	0,00			16 468,45
Edifícios e Outras Construções	421 100,95	22 483,70		0,00	443 584,65
Equipamento Básico	289 409,76	2 019,48		0,00	291 429,24
Equipamento de Transporte	55 613,45	23 286,28		0,00	78 899,73
Equipamento Administrativo	82 586,37	0,00			82 586,37
Outros ativos fixos tangíveis	8 838,38	255,00			9 093,38
	874 017,36	48 044,46	0,00	0,00	922 061,82
Valor Líquido	773 919,87				846 481,70

4.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:**a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;**

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos fixos tangíveis da Instituição.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS**5.1 — Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:****a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida**

Os ativos intangíveis encontram-se registrados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Todos os itens constantes na rubrica de ativos intangíveis têm a sua vida útil finita.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta, em sistema de duodécimos. As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.





- b) *Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.*

Activo Bruto

	Saldo Inicial 31/12/2024	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2025
Projectos de Desenvolvimento	35 833,10	0,00		0,00	35 833,10
Programas de Computador	0,00			0,00	0,00
	35 833,10	0,00		0,00	35 833,10

Depreciações Acumuladas

	Saldo Inicial 31/12/2024	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2025
Projectos de Desenvolvimento	35 833,10	0,00		0,00	35 833,10
Programas de Computador	0,00	0,00		0,00	0,00
	35 833,10	0,00		0,00	35 833,10
Valor Líquido	0,00				0,00

5.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos intangíveis da Instituição, nem ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

6.1 - Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a decomposição da rubrica de empréstimos é a seguinte:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos Obtidos / Empréstimos Bancários /	84 415,47	87 232,10
	84 415,47	87 232,10

7. INVENTÁRIOS

7.1 — *Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:*

Os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros



incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de inventário intermitente.

7.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

Rubrica	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Matérias-Primas	0,00	0,00
Total dos Inventários	0,00	0,00

Movimentos	Saldo em 12/31/2025	Saldo em 12/31/2024
Inventário Inicial	0,00	0,00
Compras	91 708,92	76 011,55
Regularizações de inventários	650,25	254,65
Inventário Final	0,00	0,00
Gastos do período	91 058,67	75 755,27

8. RÉDITO

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada entre a entidade e o comprador ou utente do ativo



8.2 - Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Rubrica	12/31/2025	12/31/2024
Vendas		
Cortiça	0,00	0,00
Prestação Serviços		
Creche	4 225,69	414,50
Pré-Escolar	16 755,98	17 995,11
ATL	14 385,98	12 744,89
ERPI	202 804,72	132 317,17
Centro Dia	31 618,69	38 259,82
SAD	25 563,23	27 619,24
	295 354,29	229 350,73
Acordos Segurança Social		
Creche	158 927,13	134 094,74
Pré-Escolar	39 187,38	40 886,02
ATL	22 784,87	19 070,38
ERPI	143 670,52	83 292,48
Centro Dia	27 800,69	17 873,51
SAD	61 261,02	58 579,76
Fundo de Socorro Social	0,00	0,00
	453 631,61	353 796,89
	748 985,90	583 147,62

O valor 748.985,90 €, inscrito nas rubricas Vendas e Prestação de Serviços, foi efetuado para entidades do mercado interno na sua globalidade. Com a alteração da política contabilística às vendas e prestações de serviços, incluindo os acordos de cooperação com a Segurança Social, há que acrescentar os 453.631,61 € relativos a esses acordos, que culminou no total da rubrica de 748.985,90 €.

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

9.1 — Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

Sem movimento

9.2 — Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

Sem movimento.

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS



10. 1 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais

Sem movimento

10. 2 — Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades;

Não foram obtidos benefícios sem valor atribuído.

10.3 — Principais doadores/fontes de fundos.

Os principais doadores de fundos foram as seguintes entidades coletivas públicas:

- Alteração de política contabilística faz com que os acordos de cooperação com a segurança social deixaram de configurar como subsídios à exploração.

Rubrica	12/31/2025	12/31/2024
Acordos Segurança Social		
Creche	0,00	0,00
Pré-Escolar	0,00	0,00
ATL	0,00	0,00
ERPI	0,00	0,00
Centro Dia	0,00	0,00
SAD	0,00	0,00
Fundo de Socorro Social	0,00	0,00
	0,00	0,00
Outros		
Junta Freguesia Salvada Quintos	45 580,27	54 127,30
Município de Beja	0,00	2 000,00
CDSS Beja / Lay off	0,00	15 594,08
IAPMEI	0,00	0,00
IEFP	526,50	4 963,25
Doações e heranças	0,00	2 094,55
	46 106,77	78 779,18
	46 106,77	78 779,18



11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 — Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

11.2 — Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;
- b) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;
- c) Outros créditos;
- d) Fundos subscritos e não realizados;
- e) Diferimentos.

Não se verificam situações desta natureza

11.3 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Empréstimos por obrigações;
- b) Dívidas a instituições de crédito;
- c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;
- d) Dívidas por compras e prestações de serviço;
- e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;
- f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;
- g) Outras dívidas;
- h) Diferimentos.

11.4 A quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria é a seguinte:



**11.4.1. Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outras passivos correntes/pessoal**

Sem movimento

11.4.2. Financiamentos obtidos

Sem movimento

11.4.3. Investimentos financeiros

Não se verificam situações desta natureza

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de «Investimentos Financeiros», apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros consistem nas participações para o Fundo de Compensação do Trabalho.

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Fundo Compensação do Trabalho	10 790,20	10 790,20
	<u>10 790,20</u>	<u>10 790,20</u>

11.4.4 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Rubrica	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Caixa	22 470,55	34 416,96
Depósitos à Ordem	92 199,54	63 962,27
	<u>114 670,09</u>	<u>98 379,23</u>



12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

12.1 — Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras.

O número médio de funcionários durante o período foi de 28.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Acordos Segurança Social		
Remuneração do Pessoal	433 917,54	407 503,23
Encargos Sobre Remunerações	100 403,32	87 550,81
Seguros	926,02	12 803,80
Outros gastos com o pessoal	1 188,24	1 237,41
	<u>536 435,12</u>	<u>509 095,25</u>

12.2 — Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego (pensões) e outros benefícios a longo prazo de empregados.

12.3 — Membros dos órgãos de direção

Remunerações dos órgãos de direção

Os órgãos de direção não são remunerados.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

13.1 -As presentes Demonstrações Financeiras serão emitidas para aprovação pela Direção, após parecer do Conselho Fiscal da Associação.

13.2 -Até à data referida no ponto anterior, não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.





14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

14.1 — Situação tributária e contributiva

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 – Clientes

Em 31 de Dezembro de 2025 a decomposição da rubrica de clientes é a seguinte:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Clientes conta corrente	28 487,84	28 570,04
	<u>28 487,84</u>	<u>28 570,04</u>

15.2 - Estado e Outros Entes Públicos e Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a decomposição da rubrica de Estado e Outros Entes Públicos e Outros Devedores Diversos é a seguinte:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Estado e Outros Entes Públicos:		
- Retenção na fonte Seg. Social	0,00	26 860,39
- IVA reembolsos pedidos	11 221,44	10 043,24
	<u>11 221,44</u>	<u>36 903,63</u>
Outras Contas a Receber	<u>55 484,54</u>	<u>31 921,75</u>
Diferimentos:		
- Gastos a reconhecer	0,00	0,00
	<u>66 705,98</u>	<u>68 825,38</u>





15.3 - Capital Próprio

De acordo com o disposto nos Estatutos da Associação e no Código das Sociedades Comerciais, a Associação é obrigada a transferir para a rubrica de Resultados Transitados, o valor apurado no Resultado Líquido apurado em cada período.

Movimento na rubrica de "Capital Próprio" no período de 2025:

Rubrica	Saldo Inicial 31/12/2024	Aumentos	Redução	Saldo Final 31/12/2025
Capital Social	38 702,54	0,00	0,00	38 702,54
Reservas Legais	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	267 213,71	68 226,86	15 738,46	319 702,11
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00		0,00	0,00
Outras Variações de Capital Próprio	167 294,84	0,00	-17 025,21	184 320,05
Resultado Líquido do Período	68 226,86	105 901,85	68 226,86	105 901,85
	541 437,95	174 128,71	66 940,11	648 626,55

15.4 - Fornecedores e Outras Dívidas a Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2025 a decomposição da rubrica de Fornecedores e Outras Dívidas de Terceiros é a seguinte:

Rubrica	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Fornecedores:		
- Fornecedores conta corrente	83 328,28	52 675,54
Estado e Outros Entes Públicos:		
- Retenções de Imposto sobre o rendimento efectuadas a terceiros	4 296,23	6 175,65
- Segurança Social a pagar	174 286,56	218 293,74
	178 582,79	224 469,39
Outras Contas a Pagar:		
- Remunerações a Pagar	0,00	508,45
- Estimativa de F+SF	71 342,48	69 207,12
- Devedores por Acréscimo	0,00	4 113,93
- Outros credores	840,24	840,24
	72 182,72	74 669,74
Diferimentos:		
- Rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
	334 093,79	351 814,67

Nota:

As NCRF que não constam deste relatório não se aplicam à atividade da Associação, durante o presente exercício.



**Proposta de deliberação de Aplicação de Resultados**

Considerando o Resultado Líquido do Exercício de 2025 no valor de 105.901,85 € (cento e cinco mil novecentos e um euros e oitenta e cinco centimos), propõe-se à Direção que o montante, tenha a seguinte aplicação:

- *Resultados Transitados*

105.901,85 €

Contabilista Certificado

Direção

+ José Manuel Pereira de Foz
x fuf

